

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CAMINHO PARA A GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

Thais Joana Tito GONÇALVES¹

Aparecido Pires de Moraes SOBRINHO²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre o tema Economia Solidária, expondo-a como uma importante alternativa para a geração de renda e inclusão social, capaz de beneficiar as pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho, levando em consideração a busca pelo desenvolvimento de todos os membros por igual. A Economia Solidária é um fato social recente e chegou ao Brasil na década de 1980, mas ganhou força no país na segunda metade da década de 1990, resgatando antigos valores como: ajuda mútua, responsabilidade, igualdade, equidade e solidariedade. Além de visar à prevalência de valores como o da solidariedade e da cooperação sobre o egoísmo e a competição. Em um primeiro momento, o artigo irá apresentar uma exposição histórica de sua origem. Posteriormente sua proposta, conceito e objetivo, bem como também os valores e princípios. Em um segundo momento, será relatada a inserção da Economia Solidária no Brasil, além da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Discorreremos também sobre a construção da Economia Solidária como resposta à crise gerada pelo capitalismo exacerbado. As quais estão envoltas por expectativas do que é, e de como deve ser a economia sobre uma visão transformadora. Por fim será concluída, a relação dos pontos fortes desta “nova economia” como alternativa de geração de renda focada na inclusão social e no bem estar de todos por igual.

Palavras chave: Economia Solidária. Desenvolvimento. Inclusão Social. Cooperativismo.

¹ Formada em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

SOLIDARITY ECONOMY: THE AWAY FOR THE INCOME GENERATION AND SOCIAL INCLUSION

ABSTRACT

The following article has as its aim to discuss the Solidarity Economy by presenting it as an important alternative for the income generation and social inclusion that can benefit people who are out of the job market. This research will take into account the search for development of all society members in an equal basis. The Solidarity Economy is a recent social factor and arrived in Brazil in the 1980`s, but it won strength by the middle 1990`s bringing forth old values, such as mutual help, responsibility, fairness and solidarity. Besides reviewing the prevalence of values such as solidarity and co-operation over egoism and competition, this article will firstly introduce a historical exposition of its origin and purposes, conception and objective, as well as its values and principles. Secondly, the insertion of the Solidarity Economy in Brazil will be reported together with the creation of the National Secretary of Solidarity Economy. We also approach the construction of the Solidarity Economy as an answer to the crisis generated by the exacerbated capitalism, involved by the expectation of what is and what should be the economy under a transforming view. Finally, we conclude about the relationship of the strong aspects of this “new economy” as an alternative for the income generation focused on the social inclusion and in the equality for general welfare.

Keywords: Solidarity Economy. Development. Social Inclusion. Cooperativism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é baseado em pesquisa bibliográfica, e tem por objetivo principal, expor a Economia Solidária (ES) como uma importante alternativa para a geração de renda e inclusão social. A qual, por meio de um “empreendimento” coletivo solidário, prioriza o desenvolvimento de todos os membros por igual além de beneficiar as pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho.

Para isso, iremos abordar os principais aspectos históricos relacionados à origem da Economia Solidária, colocando em destaque o contexto social propulsor de sua criação, que é fundamentado na cooperação, característica intrínseca da essência humana. Torna-se imprescindível ressaltar a importantíssima contribuição, bastante citada por Paul Singer, dos pensadores do Socialismo Utópico, cuja origem do Cooperativismo (alternativa para vencer a exploração e a opressão que são as características essenciais do trabalho assalariado no período da Revolução Industrial) é atribuída, e foi essencial para o surgimento da Economia Solidária.

Para alguns autores, a experiência dos Pioneiros de Rochdale (1844) é o marco que legitima o Cooperativismo Tradicional e contribuiu de forma significativa para o método cooperativo, proporcionando os princípios teóricos e as regras práticas da organização e funcionamento das cooperativas, sendo o elo com o nascimento do conceito em questão.

Com o resgate do contexto histórico, a Corporação Cooperativa de Mondragón, um dos exemplos mais significativos de cooperativismo será abordado e também a trajetória da Economia Solidária, sua introdução e utilização como instrumento de resposta ao desemprego e a exclusão social no Brasil.

Na sequência, será destacada a Carta dos Princípios da Economia Solidária no Brasil, a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o surgimento dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e a representação da ES no Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Economia Solidária. Colocando assim o Estado, como apoiador destas ações, garantindo a participação social de todos os membros dos empreendimentos sociais, dada à importância destas ações para a transformação social.

A partir disso, conclui-se por meio da compreensão desta “nova economia” consolidada através da Economia Solidária, como uma alternativa de geração de trabalho e renda que valoriza

o homem e não o capital, além de estabelecer e fortalecer relações sociais fundadas na solidariedade, igualdade, cooperação, liberdade e democracia.

2 ORIGENS HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O contexto social e histórico que colaborou para o nascimento da Economia Solidária é consequência do capitalismo industrial, o qual foi gerador do empobrecimento dos artesões provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Para conter a escassez de trabalho causada pelas diversas transformações ocorridas com a crescente industrialização, trabalhadores se organizaram em pequenos grupos, com o intuito de descobrir formas de geração de emprego e renda por meio de laços solidários.

Sobre isso, Santos (2002, p. 83) diz: “A Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão ‘desregulamentada’ das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX”.

Segundo Singer (2006, p. 38), Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon os quais foram os clássicos do Socialismo Utópico e proporcionaram ao Cooperativismo até então existente: “[...] a inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro”.

Estes primeiros Socialistas Utópicos, com o intuito de concretizar suas ideias, propuseram e tentaram a fundação de comunidades-modelo (Fourier) e a criação de fábricas-cooperativas pelo Estado (Louis: Blanc) ou por associação dos produtores (Owen), nas quais os meios de produção seriam coletivos. Apesar do fracasso dessas iniciativas, esses pensadores fizeram importantes críticas ao mundo e à ideologia burguesa. A regulamentação do trabalho de mulheres e de crianças foi uma das modificações significativas na vida da classe operária da Inglaterra.

Nascimento (2011, p. 04) considera que na história da classe operária cinco manifestações apontam para a perspectiva do socialismo autogestionário. E são: O movimento dos “visionários”, como é o caso de Robert Owen e a gestão operária; Grupos e movimentos

sociais, como é o caso do marxismo, sindicalismo, anarquismo e socialismo cooperativo; Revoluções ou experiências práticas de autogestão, como é o caso da Comuna de Paris em 1871 e a Revolução Socialista de Outubro de 1917; Sistemas novos de autogestão, como experiências de organização na produção e a autogestão como sistema na Iugoslávia a partir de 1950; E mais recentemente, o movimento da Economia Solidária com existência já caracterizada em diversos países.

Ainda de acordo com Singer, com estas contribuições, o Cooperativismo mesmo estando em seu berço, já se erguia como modo de produção alternativo ao capitalismo, e esta fase inicial, jamais se repetiu de forma tão nítida. Isso condiz com este trecho de Singer:

Esta é a origem da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de ‘cooperativismo revolucionário’, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. Apesar de inúmeras derrotas, permaneceu viva a idéia de que ‘trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar assim, a prevalência das relações capitalistas de produção. (SINGER, *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 04).

Sendo assim, o Cooperativismo foi uma manifestação que nasceu a partir da própria luta social e necessidade humana. Um exemplo disso, a experiência dos Pioneiros de Rochdale (1844), contribuiu de forma significativa para o método cooperativo, proporcionando os princípios teóricos e as regras práticas da organização e o funcionamento das cooperativas. Levando-a, a ser considerada a mãe de todas as cooperativas.

Foi fundada então no bairro de Rochdale em Manchester, na Inglaterra, no dia 21 de dezembro de 1844 a “Sociedade dos Probos, Pioneiros de Rochdale”, composta de 27 tecelões e uma tecelã, que contribuíam para esta sociedade com o resultado da economia mensal de uma libra (de cada participante) durante um ano. Criada para oferecer aos integrantes produtos de boa qualidade e de primeira necessidade, e também outros serviços de ordem socioeconômica, o que parecia apenas um armazém, tornou-se a semente do movimento cooperativista, estava formada a primeira cooperativa formal nestes moldes.

O objetivo principal dos tecelões de Rochdale no seu surgimento foi uma alternativa econômica em que pudessem atuar no mercado, frente ao capitalismo exacerbado que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho inclusive de mulheres e crianças (os quais

trabalhavam até 16 horas diárias) e contornar também a crescente taxa de desemprego proporcionada com a Revolução Industrial, contribuindo então para a melhoria das condições de vida de seus associados. Tornando este fato, um marco que legitima o Cooperativismo Tradicional.

De início, esta iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes, mas logo no primeiro ano de funcionamento, o capital da sociedade já chegava a 180 libras e após dez anos de funcionamento o “Armazém de Rochdale” era composto de 1400 cooperantes. Essa iniciativa bem sucedida passou a ser um exemplo para os outros grupos, garantindo ao Cooperativismo a aceitação por parte de todos os governos. E, devido a sua forma igualitária e social, também foi reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos.

Sendo assim, a Economia Solidária surgiu em um contexto social em que a sociedade era explorada e oprimida. Motivando-a então a buscar uma alternativa frente ao caos gerado pelo Capitalismo desmedido, assim como também foram os princípios do Cooperativismo. Ao longo da história, houve um distanciamento do Cooperativismo com os seus princípios, que se deu quando o Cooperativismo foi apropriado pelo capitalismo. Mas, com a intensificação da crise da sociedade com o crescimento do desemprego, o verdadeiro Cooperativismo pode ser resgatado por meio da Economia Solidária. Estes fatos serão relatados a seguir, com a abordagem de um importante exemplo que demonstrava de forma condizente os princípios do Cooperativismo, a “Mondragón Corporación Cooperativa” (Corporação Cooperativa de Mondragón).

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO

O contexto histórico e social que colaborou para o nascimento da Economia Solidária, como já foi anteriormente citado, é consequência do capitalismo industrial, o qual foi gerador do empobrecimento dos artesões provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

Este processo, fez com que trabalhadores se organizassem em pequenos grupos com o intuito de descobrir formas de geração de emprego e renda por meio de laços solidários. Este novo modo de produção, além de ser alternativo para fugir da crise gerada pelo capitalismo, era também configurado como uma crítica operária e socialista ao modelo Capitalista, deixando visível o ideal de Cooperativismo Revolucionário (SINGER, 2006). E como já foi visto, ainda de

acordo com o mesmo autor: “os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro” (SINGER, 2006, p. 24).

Foram os clássicos do Socialismo Utópico, como Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon que deram ao Cooperativismo a inspiração fundamental para o surgimento de novos caminhos através da experiência por meio da Economia Solidária, na qual a sociedade autogestionária é um movimento, produto de experiências de vitórias e derrotas com um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social.

A “Mondragón Corporación Cooperativa” (Corporação Cooperativa de Mondragón), criada em 1956, na cidade basca de Mondragón ao norte da Espanha, é um exemplo importante que demonstra de forma condizente os princípios do Cooperativismo. Nasceu do desejo solidário do Padre Jesuíta José Maria Arizmendiarieta, o qual afirmava que nada diferencia mais os homens e os povos que as suas respectivas atitudes em relação às circunstâncias em que vivem. Os que fazem a opção por fazer história e mudar por si mesmo o curso dos acontecimentos levam vantagem sobre aqueles que decidem esperar passivamente os resultados da mudança (MCC, 2012).

A MCC é, sem dúvida, fruto do talento empreendedor do jovem sacerdote José Maria Arizmendiarieta e do esforço solidário dos sócios trabalhadores que souberam transformar uma pequena oficina artesanal que, em 1956, fabricava aquecedores e fogões a petróleo no primeiro grupo empresarial Basco e no sétimo espanhol, com 10.400 milhões de euros de vendas na sua atividade industrial e de distribuição, 10.000.000 de euros na sua atividade financeira.

A Missão da MCC aglutina os objetivos básicos de uma organização empresarial, que compete nos mercados internacionais, com a utilização de métodos democráticos na sua organização societária, a criação de postos de trabalho e rendimento, a promoção humana e profissional dos seus trabalhadores e o compromisso de desenvolvimento com retorno social.

Outra característica importante da MCC é a criação do primeiro grupo cooperativo, ou seja, uma cooperativa de segundo grau sendo administrada por um conselho formado por representantes de cada cooperativa singular. Para Singer, este:

[...] modelo de grupo cooperativo foi muito importante não só por coordenar as atividades das cooperativas associadas e permitir economias de escala na prestação de serviços de pessoal, legais e contábeis em comum a todas elas, mas para eliminar diferenças de resultados econômicos entre elas. (SINGER, 2006, p. 100).

Com o intuito de evitar atritos entre as cooperativas do grupo, foi constituído um único fundo para ser distribuído entre todos os sócios, no qual independia das suas contribuições para com este. Fortalecendo assim a concepção de novas cooperativas de segundo grau.

Desde sua formação, buscou incentivar a educação, aderindo aos valores da economia solidária e treinando a autogestão. Suas ações sempre refletiram de forma positiva no cotidiano local, à medida que prevalecia a cooperação em todas as ações deste complexo cooperativo, gerando um desenvolvimento crescente até hoje, sendo então o exemplo mais completo de uma economia solidária que possui sua própria dinâmica.

Os princípios básicos da Mondragón Corporación Cooperativa são: livre adesão, organização democrática, soberania do trabalho, caráter instrumental e subordinado do capital, participação na gestão, solidariedade retributiva, intercooperação, transformação social, caráter universal e educação. A igualdade básica para os sócios trabalhadores se concretiza na soberania e na Assembléia-geral composta por todos os sócios, e na qual cada participante é representado pelo seu voto.

Como já foi anteriormente citado, a economia solidária surgiu em um contexto social em que a sociedade era explorada e oprimida, motivando-a então a buscar uma alternativa frente ao caos gerado pelo Capitalismo desmedido, assim como também foram os princípios do Cooperativismo. Como pode ser visto, a “Mondragón Corporación Cooperativa” é um exemplo claro do resgate do verdadeiro Cooperativismo mediante ações solidárias (com o intuito de burlar a crescente crise que assolava a população) que são características presentes nos valores da Economia Solidária.

4 PROPOSTA, CONCEITO E VALORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O surgimento da Economia Solidária possui uma complicada cronologia, que foi sendo traçada a partir do que seriam suas supostas raízes históricas e experiências contemporâneas. Apesar do fato de que o surgimento da expressão ES se deu na segunda metade dos anos 1990, a narrativa histórica dos profissionais é associada a fatos e experiências anteriores a esta data. Um agente de extrema importância na ES que exemplifica isso é a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária), criada em 1994 e foi

uma das organizações que mais contribuiu para o “renascimento” da ES no Brasil, e não utilizava a expressão ES para nomear o universo de ações a qual fazia parte.

No contexto atual, o Capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a aceitá-lo como normal ou natural. Do ponto de vista de Singer, “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária ao invés de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (SINGER, 2006, p. 09).

Para Haddad (2005), a ES é uma alternativa às relações sociais de produção capitalistas. Já para França-Filho e Laville as atividades consideradas de Economia solidária são as “[...] iniciativas que articulam sua finalidade social e política com o desenvolvimento de atividades econômicas, introduzindo ainda a solidariedade no centro da elaboração dos seus projetos” (FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004, p. 161).

Paul Singer foi o criador da expressão e segundo Lechat (2012) essa primeira elaboração se deu em um artigo publicado no jornal Folha de São Paulo de 11 de junho de 1996, intitulado Economia Solidária contra o desemprego. Nesse artigo, Singer expõe esta definição como projeto de governo para a prefeitura de São Paulo na campanha de Luiza Erundina, na época candidata à reeleição e em cujo primeiro governo Singer foi Secretário de Planejamento. A expressão ainda não tinha a mesma forma que assumiu mais tarde nos textos do autor.

Essa nova expressão, possibilitou o agrupamento de diversos tipos de experiências que apresentavam esse conjunto de características e ideias, além de agrupar também as diversas entidades, pessoas e instituições em torno de objetivos comuns. Sendo assim, a expressão ES traz de original uma forma particular de organizar elementos já existentes, contribuindo para o reconhecimento de empreendimentos que traziam em si características da ES, mas que anteriormente não eram reconhecidos como tal, além de ações que envolvem o desenvolvimento social do ambiente ao qual está inserido.

As transformações no final do século XX, contexto histórico e social da ES, apontavam que o crescimento econômico exacerbado não correspondia ao aumento generalizado do bem estar dos homens e mulheres, e sim o contrário, o que aumentou foi o desemprego e consequentemente a exclusão social.

O movimento sindical brasileiro gerou uma visão particular e esclarecedora ao afirmar que a economia solidária: “Não se trata somente de gerar oportunidades de trabalho e renda.

Trata-se de construir novas relações sociais baseadas nos valores da solidariedade e da cooperação, que fortalecem a participação do cidadão na sociedade” (REVISTA DEBATE INTERNACIONAL – CUT, 2000).

Este conjunto de novas relações econômicas deve ser fundamentado na cooperação, democracia e no respeito ao meio ambiente. Englobando os valores de: ajuda mútua, responsabilidade, igualdade, equidade e solidariedade. E já seus valores éticos são: honestidade, transparência e responsabilidade social. Segundo Santos, a estrutura da Economia Solidária “[...] obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo” (SANTOS, 2002, p. 83).

Em se tratando de princípios, a Economia Solidária é um modo de produção em que os princípios básicos são: “a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2006, p. 10). Diferentemente do capitalismo cujos princípios são: o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à propriedade individual.

Neste caso, o resultado natural é a competição e a desigualdade. Na prática estes princípios dividem a sociedade em duas classes: a classe proprietária ou detentora de capital e a classe que ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe, já que não possui capital. E no primeiro caso, o resultado natural é a solidariedade e a igualdade, já que na prática, esses princípios unem todos os que produzem formando uma única classe de trabalhadores, que possuem capital igualitário na sociedade econômica ou cooperativa.

Os valores da Economia Solidária, segundo seus defensores, podem ser expressos pelo trinômio: socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável. Santos enfatiza esta ideia de ressurgimento e consolidação de antigos valores em: “[...] o resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo” (SANTOS, 2002, p. 127).

Sendo assim, a Economia Solidária faz surgir antigos valores que até então pareciam esquecidos. Mas que são indispensáveis para a construção de uma nova realidade econômica mais justa e igualitária. Passando a ser então, uma forma de economia que se destina a produzir o bem-estar coletivo e não a acumulação de riqueza como afirma Santos, “a empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua

finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho” (SANTOS, 2002, p. 84).

[...] a construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade (SANTOS, 2002, p. 127).

Complementado, Paul Singer menciona que “[...] a construção de uma economia solidária depende essencialmente da população, sua vontade de experimentar e aprender, aderindo aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia, a sua vida cotidiana” (SINGER, 2006, p. 111).

Isso mostra que, segundo seus defensores, a Economia Solidária é o conjunto de novas relações econômicas fundamentadas na cooperação, na democracia e no respeito ao meio ambiente. E torna-se evidente a importância da população, e de todos os agentes envolvidos neste processo, como é o caso de igrejas, sindicatos e ações promovidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em prol do fomento de ações solidárias. Sendo estas, relevantes para que os resultados obtidos por meio dessa “nova economia” sejam positivos e satisfatórios, uma vez que, são propícios a isto. Um importante passo foi dado com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em junho de 2003, a qual teve origem juntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e consequentemente a criação da Carta de Princípios da Economia Solidária.

5 PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária nasceu para ser: uma alternativa superior ao Capitalismo. Mas não em termos econômicos escritos, e sim por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, uma vida melhor. E essa vida melhor, citada por Singer, vai além do fato de consumir mais com o menor dispêndio de esforço produtivo, englobam também condições favoráveis para um melhor relacionamento com familiares, amigos, vizinhos e colegas em geral e com todos os indivíduos de uma sociedade. Além de propiciar a liberdade de escolha no trabalho que garantirá a maior satisfação pessoal, bem como também autonomia

produtiva, não submissão a ordens alheias e participação nas decisões que o afetam proporcionando a segurança de saber que sua comunidade jamais irá o desamparar, superando assim, a competição de todos contra todos predominante no sistema Capitalista de Produção que sempre trouxe tensões e angústias aos indivíduos. Essa nova concepção, permite uma nova compreensão da economia e da política, já que estas sofreram alterações conforme o passar dos anos, dando a Economia Solidária não só o exercício político de transformação social, mas também o resgate do seu significado em termos éticos.

Para França-Filho e Laville, a Economia Solidária são as “[...] iniciativas que articulam sua finalidade social e política com o desenvolvimento de atividades econômicas, introduzindo ainda a solidariedade no centro da elaboração dos seus projetos” (FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004, p. 161). Tornando assim, os integrantes de uma sociedade, sujeitos ativos e essenciais para a transformação social, e são essas pessoas que devem reestruturar a relação entre produtores e consumidores, opondo-se de maneira revolucionária ao sistema Capitalista. E ao Estado, é conferido o papel de concretizar estas devidas mudanças, através do apoio e estímulo de iniciativas que condizem com esta perspectiva.

A constituição de uma sociedade pós-capitalista, por meio de redes solidárias é possível já que a solidariedade é uma característica própria do ser humano, e essa característica, foi essencial na trajetória de Mondragón. Diante desta perspectiva, a consolidação da Economia Solidária está fundada na autogestão e na sustentabilidade.

A gestão de organizações fundamentadas na Economia Solidária, segundo Andion (1998; 2001) ainda é um campo inexplorado, e este fato se deve possivelmente à inexistência de fundamentos teóricos adaptados à natureza dessas organizações. Para Singer (2006, p. 18) a autogestão é a principal característica de uma “empresa solidária”, a qual se diferencia de uma empresa capitalista (marcada pela heterogestão) em dois aspectos: a forma de apropriação e distribuição do excedente da produção, que é coletiva e não privada, e o exercício da democracia nos processos decisórios, havendo assim uma inversão dos níveis hierárquicos, já que o trabalho manual e intelectual passa a ser de produção e gestão. Ainda de acordo com o mesmo autor “[...] os níveis mais altos da autogestão são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembléia de todos os sócios que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração” (SINGER, 2006, p. 18).

Contudo, para Carrion (2003) esta filosofia autogestionária, mesmo que importante para assegurar a convivência no mundo do trabalho democraticamente, não substitui as ferramentas utilizadas fundamentalmente para garantir a sustentabilidade econômica e social de um empreendimento, independente de este estar fundamentado nos princípios da ES ou não.

Do ponto de vista de Azevedo (2003), as “empresas” autogestionárias, assim como qualquer outra “empresa”, devem se manter atentas aos cenários externos, aos concorrentes, buscando manter a fidelidade dos clientes, bem como também conquistar novos clientes oferecendo produtos e serviços competitivos, sem, no entanto, tornar-se um espelho do modelo hierárquico capitalista.

A sustentabilidade, aspecto fundamental no desenvolvimento, não se trata apenas da auto-sustentação ou apenas gerador de renda, a sustentabilidade atua também nas esferas: social, cultural, ambiental, política e organizacional, as quais variam em quantidade de autor para autor, mas que mesmo assim, possuem o mesmo grau de importância e quando articuladas entre si torna-se visível o desenvolvimento sustentável. E quando todas as dimensões apresentadas são contempladas este novo modelo de desenvolvimento solidário e sustentável estará sendo fortalecido. Levando em consideração o contexto abordado, é perceptível a importância do papel desenvolvido por entidades que além de apoiar, estimulam, difundem e assessoram o planejamento das ações a fim de garantir a sustentabilidade e consequentemente a consolidação da Economia Solidária no nosso país.

6 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

6.1 A INTRODUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A partir da segunda metade da década de 1970, mudanças estruturais enfraqueceram o modelo tradicional de relação de trabalho capitalista. Um dos causadores, a desindustrialização, eliminou milhões de postos de trabalho formal em países centrais, e até mesmo em países semi-industrializados. O desemprego em massa cresceu e continuou crescendo de forma alarmante precarizando os laços de trabalho entre empregador e empregado e os sujeitando a abdicarem de seus direitos sociais na tentativa de garantir sua sobrevivência, é a chamada flexibilização.

Com a ruptura do ciclo de industrialização no Brasil a partir do início da década de 1980, uma longa crise de desenvolvimento tomou conta do país. Esta crise já vinha ganhando força desde 1840. Devido a este fato, sinais expressivos de regressão ocupacional eram registrados mesmo depois de cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho.

Embora a crise do desenvolvimento capitalista estivesse progredindo de forma avassaladora, ao mesmo tempo, modos de produção distintos principalmente no interior do segmento não-organizado do trabalho estavam sendo gerados, à fim de conter essa longa crise predominante. Seria então, a fase embrionária da economia solidária, que fez uso de um enorme excedente de mão-de-obra decorrente da crise e também de algumas novidades em relação ao que já existia durante o ciclo da industrialização no Brasil.

Chega então ao Brasil, em meados da década de 1980 ganha força a partir da década de 1990, um novo “conceito”, chamado de Economia Solidária. Segundo Nascimento, este novo “conceito” é caracterizado pelo “[...] conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (NASCIMENTO, 2011, p. 02). E sua estratégia é fundamentada no fato de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas nas quais sua lógica é oposta à do modo de produção capitalista. Com isto, esta nova realidade no mundo do trabalho proporcionada pela Economia Solidária, contribui de forma significativa, na medida em que tem se mostrado um importante instrumento de combate à pobreza e gerador de inclusão social, onde milhares de trabalhadores se organizam de forma coletiva e gerem seu próprio trabalho lutando assim pela sua emancipação e capacidade de sobrevivência.

Sendo assim, a Economia Solidária tem como ideia central à possibilidade de gerar uma “outra economia” e estabelecer novas formas de relação entre as pessoas e destas com o mundo que as cerca; trazendo de volta antigos valores como, “[...] solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros” (NASCIMENTO, 2011, p. 02).

Em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada no Ministério do Trabalho e Emprego pelo Congresso Nacional, com a missão de: “difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária” (SINGER, 2006, p. 04).

De acordo com Singer “[...] a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua fase liberal exacerba” (SINGER 1999, p. 10).

Segundo o IBGE, em 2002 somente 36% da renda nacional eram absorvidas pelo trabalho, enquanto que em 1980 essa mesma renda representava 50% de toda a renda nacional. Isso mostra que a diminuição das condições e relações de trabalho tornaram-se uma realidade inquestionável e o novo excedente de força de trabalho gerado já não era mais composto apenas de imigrantes rurais e analfabetos, era composto também de trabalhadores pobres e desempregados urbanos, pessoas com alta escolaridade, também com capacitação profissional e chefes de família. A combinação dessa importante força de trabalho composta pelas pessoas anteriormente citadas excluídas do mercado de trabalho com um conjunto de militantes sociais críticos e engajados; tornaram possíveis avanços importantes no âmbito da economia solidária.

A partir disso, em 1994 é criada a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) e sua origem se deu a partir de “experiências que surgiram no contexto da crise de desemprego e de falência das empresas como resultado das políticas federais, dos anos 90, de abertura internacional dos mercados às importações” e o objetivo social de suas atividades é “recuperar e manter o trabalho e renda, buscando o compromisso das pessoas com atividades produtivas, envolvendo a vontade e a inteligência coletiva” (ANTEAG, 2011).

De início, como não lhes restavam muitas escolhas de novos postos de trabalho, optaram então por assumir empresas falidas como credores proprietários de seus antigos empregadores. E com isso, foram surgindo inúmeras cooperativas de produção que eram anteriormente negócios capitalistas que se não estavam falidas estavam à beira da falência. A criação da ANTEAG só veio a acrescentar esse novo contexto econômico em desenvolvimento, proporcionando então o compartilhamento de informações entre mais de 700 empresas em situação familiar a fim de colaborar com a resolução de problemas, utilizando-se da capacidade produtiva. E o principal nessa acessoria era além de proporcionar a resolução de problemas, desenvolver também uma nova forma de gestão fundamentada na autonomia e democratização, as quais estavam presentes na autogestão.

Contudo, é importante dizer que nessa fase inicial da economia solidária, para que seja possível fortalecer e potencializar as suas oportunidades de desenvolvimento é preciso que uma ampla ação em termos de políticas públicas seja elaborada e colocada em prática.

Isto evidencia, a importância e a necessidade de mais conhecimento e desenvolvimento de pesquisas e estudos específicos nesta área. Além do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que contribui para a disseminação de conhecimentos a respeito deste tema, existem instituições acadêmicas em todo o Brasil que desenvolvem projetos envolvendo estudantes, professores e comunidades locais a fim de contribuir para a melhoria da sociedade local.

6.2 CARTA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em junho de 2003, após debates em 18 estados brasileiros, a III Plenária Nacional da Economia Solidária aprovou a Carta dos Princípios da Economia Solidária, e esta deverá ser a identidade do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o qual também deu início neste mesmo momento.

Esta carta de princípios foi dividida em três partes distintas, mas, no entanto complementares. E são: história e cenário atual; princípios gerais e específicos; e o que a economia solidária não é.

A primeira parte da carta, história e cenário atual, irá abordar a Economia Solidária como intermediário do resgate da dignidade humana e da cidadania das pessoas por meio do trabalho, além de buscar conter a exploração do trabalho humano predominante no capitalismo, estabelecendo também uma nova forma de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e com a natureza.

O capitalismo ao longo dos anos ocasionou mudanças nas relações de trabalho entre empregador e empregado. Essas mudanças chegaram a tal ponto que os trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos para tentar defender seus direitos e empreendimentos cooperativos de autogestão, já que esta era uma forma de trabalho alternativa à da exploração assalariada. Lutas nestes dois campos foram travadas, entretanto a ampliação mundial do trabalho assalariado acabou por transformar tudo inclusive o trabalho humano em mercadoria. E, as demais formas que não estas, segundo o capitalismo, passariam a ser tratadas como “resquícios atrasados” que com o passar dos anos seriam absorvidas e corrompidas até se tornarem relações capitalistas. Essa atual crise do trabalho assalariado gerou a exclusão de empregos para milhões de trabalhadores, e os que não o foram, se sujeitam a trabalhar em condições precárias, sem garantias e direitos. Isso contribuiu para que outros empreendimentos, com princípios opostos ao

capitalismo, absorvessem essas pessoas que estariam sendo excluídas do mercado de trabalho, os quais já se aproximam dos 50 % da mão de obra. Neste cenário, práticas de cunho social e econômica, baseadas na cooperação e colaboração além da solidariedade, como é o caso da ES, propiciam a melhoria na qualidade de vida de seus integrantes (CARTA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011).

Já a segunda parte da Carta dos Princípios estabelece quais são os princípios gerais e específicos. Estes princípios na íntegra são:

Princípios Gerais: A valorização social do trabalho humano; A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e Os valores da cooperação e da solidariedade.

Princípios Específicos: Por um sistema de finanças solidárias; Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias; Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático.

Por último, na terceira parte é abordado sobre o que não é Economia Solidária. Como a expressão ES surgiu recentemente, seu conceito ainda está em formação e suas práticas são bastante abrangentes. Por isso, para um maior entendimento foi descrito tudo o que não condiz com as ideias e práticas da Economia Solidária. Sobre isso, o que está contido na Carta dos Princípios na íntegra é:

A Economia Solidária não é: A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal; A economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual; A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul; A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais; A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital; A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande

maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista; A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todo e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

Com essa perspectiva apresentada na Carta dos Princípios da Economia Solidária, torna-se mais fácil compreender o universo no qual a ES está inserida. Compreendendo também, quais são seus princípios, suas práticas e diretrizes para que com o passar do tempo a integridade das ideias que deram origem a esse conjunto de ações, de caráter solidárias e embasadas na cooperação, não se perca. Além é claro, de contribuir no esclarecimento de dúvidas a respeito deste tema abordado aos que estão inseridos neste meio, bem como também contribuir para a divulgação de informações para aqueles que ainda não conhecem a Economia Solidária.

6.3 FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária nasceu (no mesmo momento em que a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi inaugurada) com o intuito de garantir a articulação entre os três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos. Esse fórum inclui as principais agências de fomento da economia solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (ABCRED) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país.

Com estrutura formada por: uma Coordenação Nacional, uma Coordenação Executiva, uma Secretaria Executiva Nacional, Fóruns Estaduais de Economia Solidária, Entidades e Redes Nacionais de Fomento e Grupos de Trabalho da Economia Solidária.

O ponto de partida de decisão do Fórum Brasileiro de Economia Solidária é a Coordenação Nacional, que é formada pelos representantes das 16 entidades e redes nacionais de fomento (GT-Brasileiro), além de três representantes de cada um dos estados do país que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária. Destes três representantes por estado, dois são

empreendedores e um é assessor ou gestor público. A reunião entre os representantes anteriormente citados que compõem a Coordenação Nacional acontece duas vezes por ano.

Já para a gestão política cotidiana, interlocução com outros movimentos e com o governo federal, e acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional (a qual dá suporte aos trabalhadores do FBES, proporciona a comunicação entre as instâncias e coordena reuniões e eventos), há uma Coordenação Executiva Nacional, formada por 13 integrantes, sendo que sete destes são representantes de empreendimentos e cinco são representantes das Entidades e Redes Nacionais de promoção à ES, e um é representante da Rede Nacional de Gestores Públicos.

O FBES descentralizou suas atividades, organizando fóruns estaduais de economia solidária na maioria das unidades da federação. Com o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” visitas a todos os estados foram realizadas, e dessa forma, os Fóruns juntamente com as Delegacias Regionais do Trabalho puderam combinar esforços em prol da divulgação e do fomento a ES.

O I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária (agosto de 2004) contou com a participação de cerca de 2500 representantes de todos os estados brasileiros, e foi designada a criação de Fóruns Estaduais, ou comissões pró-fóruns. Para alguns estados, essa ampliação consiste em estruturar fóruns sub-regionais e municipais, onde será assegurada a participação majoritária dos integrantes de todos os empreendimentos.

6.4 GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A criação de Grupos de Trabalho Temáticos da Economia Solidária se deu em 2001 e sua natureza é de cunho técnico e operacional, ou seja, procura articular e mediar a participação nacional e internacional das redes da Economia Solidária no I **Fórum Social Mundial**.

É constituído por organizações e redes de distintas práticas e segmentos da **Economia Popular Solidária**. Os quais são: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais.

Sendo assim, é composta de instância mista entre governo e sociedade, cuja importância tanto para o FBES como para a SENAES é extremamente relevante. Os GTs tem a

responsabilidade de aprofundar debates levantados pela Coordenação Nacional do FBES e/ou SENAES, elaborar propostas de ação e também contribuir com a execução das ações que foram propostas.

Há também, uma Comissão de Acompanhamento a qual deve ser submetido o cronograma de atividades, bem como o relatório final dos GTs, que posteriormente repassará estas informações para à Coordenação Nacional.

6.5 CLUBES DE TROCAS

Os clubes de troca “foram inventados mais ou menos ao mesmo tempo no Canadá, na ilha de Vancouver, e na Argentina, em Bernal, em meados da década de 1980” (SINGER, 2006, p. 105) e é uma inovação recente na economia solidária. Estes clubes são constituídos com o intuito de beneficiar a todos os seus membros para que ambas as partes ganhem com justiça e sem exploração, e assim a ES tem sido uma importante resposta ao desemprego e também a redução da atividade econômica gerada devido as recessões. No Brasil, os clubes de troca tiveram origem em São Paulo em 1998.

Segundo Castro, os clubes de troca são “[...] um espaço onde os associados trocam entre si produtos, serviços e saberes, de uma forma solidária, promovendo a autoajuda, num sistema alternativo à economia vigente, que respeita normas éticas e ecológicas” (CASTRO, 2003, p. 289).

São consideradas então feiras de trocas periódicas, que acontecem no mínimo uma vez por mês, e reúnem pessoas que têm bens ou serviços a oferecer e que precisam comprar também outros bens e serviços, mas não o podem fazer já que precisam primeiramente vender os seus produtos. Para solucionar este problema, foi criada uma moeda própria e esta passa a ser a sua característica fundamental. Sendo então, a falta de dinheiro o contexto social que proporciona através da troca uma prática comercial.

Primeiramente, para que o clube possa funcionar são escolhidos seus dirigentes de forma democrática com a participação e direito de um voto de todos os integrantes do clube. Em seguida com total autonomia, é determinada a taxa de câmbio de sua moeda com a de seu país, e o valor total de sua emissão e sua repartição entre todos os membros de forma igualitária. Com esta moeda local os membros do clube começam a trocar bens e serviços uns com os outros

trazendo vantagens para todos, já que os que estavam desempregados passam a trabalhar e a ganhar e os que se encontravam excluídos do convívio, tem aí a oportunidade de estabelecer novos contatos e novas amizades, minimizando o fato de que com a crescente redução do poder aquisitivo, mais se torna excluída a população do convívio social.

Todas as transações do clube de troca são registradas por sua direção e posteriormente são divulgadas para todos os membros proporcionando assim uma maior confiabilidade aos serviços e produtos oferecidos além de uma maior transparência. Sendo também capaz de identificar possíveis pontos fracos como é o caso de pessoas que só compram e não vendem ou que só vendem e não compram gerando assim uma retenção e não circulação do dinheiro no clube.

A feira de trocas é dividida em três fases: 1º Acolhida aos sócios; 2º Troca por intermédio da moeda vigente no clube e 3º Avaliação do evento quanto a organização da feira, qualidade dos produtos e o que poderia ser melhorado.

Essa iniciativa inovadora proporciona além do exercício de um comércio fundado na solidariedade e em uma lógica oposta ao capitalismo, a satisfação e geração de benefícios aos participantes, sendo também responsável por gerar consumo do produto por meio do valor unitário.

Sendo assim, é notável a importância da criação de espaços de troca, uma vez que, os clubes de troca propiciam aos seus participantes a oportunidade de serem inseridos em um espaço de discussão coletiva e também o acesso a outras formas de organização coletiva fundadas na solidariedade, como o Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária.

6.6 APOIO DA UNIVERSIDADE

A geração contínua de novas instituições de economia solidária vai desde as cooperativas de consumo, de produção, de crédito e de compra e venda, criadas na segunda metade do século XIX, até os clubes de troca, o micro-crédito à base do aval solidário, os complexos cooperativos, as cooperativas sociais, as redes de comércio justo e os grupos de consumo responsável. Só os que estão em contato com a crise social e os que buscam meios concretos de produzir uma “outra sociedade” economicamente e socialmente mais justa é que tomam conhecimento de tais ações práticas, que proporcionam o resgate, por meio do trabalho, da dignidade humana e da cidadania das pessoas que se sentem marginalizadas socialmente.

Esse desenvolvimento proporcionado pela ES é desconhecido por uma grande parcela da sociedade devido ao fato de que a ES ainda é ignorada pelos meios de comunicação, o qual foca o fortalecimento do sistema capitalista.

A partir do momento que houver a mudança na mentalidade, valorizando primeiramente o “ser” ao invés do “ter” a conscientização dos verdadeiros valores humanos será estabelecida, ao colocar o ser humano acima do capital e proporcionando assim a evolução da Economia Solidária.

Em sua trajetória, a ES chegou à universidade e tornou-se objeto de pesquisa, formação e extensão. Embora seja pouca a parcela das pessoas que tomaram conhecimento e se engajaram nessas atividades em prol da expansão das ações da ES, o volume de produção científica sobre este tema tem se mostrado significativo tanto nas universidades e centros de pesquisa como também em agências de fomento da mesma. É de se esperar que com o passar do tempo, a demanda concreta por este tema irá aumentar significativamente.

Por meio de projetos e programas, ações importantes envolvendo a formação e o desenvolvimento de “empreendimentos solidários” são desenvolvidas por universidades. Exemplo disso é a Rede Unitrabalho.

A Rede Unitrabalho é uma rede universitária nacional composta por 92 universidades e instituições de ensino superior em todo o Brasil. Nasceu em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. É constituída juridicamente como Fundação de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, com missão:

[...] é integrar universidades e trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Para isso, busca a síntese do saber da academia com o saber dos trabalhadores e, assim qualificar a organização e a ação social. (REDE UNITRABALHO, 2011).

A partir do que foi relatado, é notável que a ES tornou-se um novo projeto de sociedade, no qual renova também a universidade em termos éticos e culturais, guiados pelos princípios da cooperação e solidariedade, praticando também a autogestão e o desenvolvimento solidário e sustentável.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária desde o seu surgimento esteve fundamentada em princípios e valores que foram adotados inicialmente no Cooperativismo. Como exemplo disso temos os Pioneiros de Rochdale (1844) que é o marco que legitimou o Cooperativismo Tradicional e cuja origem da ES também é remetida.

Outro importante fato que marcou a trajetória de desenvolvimento de ações que fugiam dos padrões ditados pelo Capitalismo, o qual colocava o capital acima do ser humano, é a “Mondragón Corporación Cooperativa”, exemplo claro do resgate do verdadeiro Cooperativismo mediante ações solidárias que são características presentes nos valores da Economia Solidária.

É importante dizer que apesar de a expressão “Economia Solidária” ter surgido recentemente, em meados da década de 1990, suas práticas já estavam sendo desempenhadas desde o momento em que se tornou propício e concreto o resgate dos valores do Cooperativismo, só não eram nomeadas ainda essas práticas de Economia Solidária.

Sendo assim, como foi visto anteriormente, a Economia Solidária é formada por um conjunto de ações e práticas capazes de proporcionar por meio do trabalho, o resgate da dignidade humana e da cidadania das pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho e acabam por se sentirem excluídas socialmente. Tem o intuito de construir relações sociais fundadas na igualdade trazendo assim confiança e cooperação aos seus participantes. Podendo também, beneficiar aqueles que acreditam em um novo modo de produzir e de viver baseado na igualdade e na democracia.

No entanto, não há Economia Solidária sem a participação da população, assim como a Economia Solidária não acontece sem a autogestão. É evidente então que para a construção dessa organização alternativa, inúmeros fatores são contribuintes e essenciais para o desenvolvimento. É preciso então que as pessoas envolvidas ou não, se organizem e trabalhem junto em prol do coletivo, ou seja, todos os envolvidos serão beneficiados de forma igualitária. É preciso também que entidades de apoio desenvolvam seu papel em prol do fomento da ES, bem como também, seja responsável por dispor conhecimento e assessoria aos empreendimentos solidários. Mas para que tudo isso aconteça, é de extrema importância que políticas públicas sejam desempenhadas para garantir a execução deste novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

Pode-se concluir então que a Economia Solidária possui inúmeros pontos fortes e sua capacidade de proporcionar bons resultados é enorme. Mas isso não depende de uma pessoa ou duas, depende de todos contribuírem para o desempenho deste movimento, trabalhando em conjunto no intuito não apenas de beneficiar a si só, mas de beneficiar a todos com suas ações desempenhadas, assim como as outras pessoas que estão engajadas neste mesmo projeto de desenvolvimento também irão contribuir para o desenvolvimento de todos. É a ajuda mútua em prol da inclusão social e de melhores condições de vida por meio do trabalho solidário.

8 REFERÊNCIAS

ANDION, C. **Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática.** Revista de Administração Pública. São Paulo, FGV v. 32, n. 1, jan./fev. 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO (ANTEAG). Disponível em: < <http://cirandas.net/anteag>>. Acesso em 15 de dez. 2011.

AZEVEDO, A. B. A. **Inovação tecnológica em empreendimentos auto gestionários: utopia ou possibilidade?** In: Anais do IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local, Salvador: 2003. p. 15-19.

CARRION, R. S. M. **Alternativas econômicas de trabalho e produção: desafios à consolidação de empreendimentos populares nos moldes da economia popular e solidária.** In: Anais do IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local, Salvador, Bahia, 2003. p. 15-19.

CARTA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 10 de jul. 2011.

CASTRO, C. H. *et al.* **O clube de trocas de São Paulo.** In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo, Contexto, 2003.

FBES. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=18>. Acesso em: 18 de nov. 2011.

FRANÇA-FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

HADDAD, F. **Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás**. In: MELLO, S. L. (Org.). *Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo, NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Campinas: UNICAMP, 2002. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>>. Acesso em: 15 de jan. 2012.

MCC. Disponível em: <<http://www.mondragon-corporation.com/>>. Acesso em: 11 de fev. 2012.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e o Novo Cooperativismo**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaocooperativismo.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2011.

REDE UNITRABALHO. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article3>> Acesso em: 25 de nov. 2011.

REVISTA DEBATE INTERNACIONAL.CUT, maio, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.